

# Comércio quer legalizar invasão

*Com apoio do GDF, empresários pressionam Ministério Público a autorizar ocupação nas entrequadras*

ANA SÁ

O Ministério Público Federal será pressionado a rever a recomendação que fez ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) para não permitir a ocupação de áreas públicas pelo comércio das entrequadras do Plano Piloto, tombado pela Unesco como Patrimônio da Humanidade em 1987.

A recomendação, adotada no ano passado, foi proposta pela Procuradoria dos Direitos do Cidadão depois que o arquiteto Carlos Magalhães entrou com uma representação contra a Lei 1.071, que regulamenta a ocupação dessas áreas. Até hoje, os efeitos da lei sancionada pelo governador Cristovam Buarque estão suspensos e impedindo que os 2.700 comerciantes das entrequadras ampliem seus estabelecimentos em mais seis metros entre o bloco comercial e o limite da superquadra. Atualmente, cerca de 1.500 lojistas invadiram áreas públi-

cas. No Ministério Público do Distrito Federal tramitam 280 ações pedindo a demolição das edificações feitas em áreas públicas.

O impasse está fazendo o GDF perder R\$ 4 milhões por ano, segundo confirmou o administrador do Plano Piloto, Valter Nei Peninha. O governo quer autorizar a ocupação dessas áreas por meio do sistema de concessão de uso, ou seja, o empresário vai pagar uma taxa.

Para tentar uma solução, a Associação Comercial convocou ontem uma reunião com a presidente da Câmara Legislativa, deputada Lúcia Carvalho (PT); o administrador do Plano Piloto, Walter Peninha; o representante do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Marco Antônio Galvão, além de representantes de outros órgãos do GDF e da Federação do Comércio, Sindivarejista e da Câmara de Diretores Lojistas. Apenas a representante do Ministério Público do DF, Eunice

Pereira Amorim, se recusou a participar da reunião.

**Providências** - Eles decidiram entregar segunda-feira uma carta repudiando a representação que o arquiteto Carlos Magalhães apresentou ao Ministério Público Federal, que provocou a recomendação contra intenção do GDF de regularizar as invasões no comércio das entrequadras. A audiência com o procurador regional dos Direitos do Cidadão, Antônio Carlos Bigonha, já foi marcada para às 14h30 da próxima segunda-feira, quando será entregue a carta.

Além de repudiar a medida do arquiteto, os signatários do documento alegam, inclusive o representante do Iphan, que a lei sancionada pelo governador Cristovam Buarque foi aprovada por unanimidade na Câmara Legislativa e debatida por mais de dois anos com todas instâncias da sociedade, inclusive com os moradores das superquadras.